

Demonstrações Financeiras

Aquapolo Ambiental S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Aquapolo Ambiental S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Aquapolo Ambiental S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aquapolo Ambiental S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha em seu balanço patrimonial o saldo de ativo de imobilizado no montante de R\$297.691 mil. Os principais temas a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as premissas utilizadas pela administração para determinação da vida útil dos ativos e ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura, e montantes envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Entendimento do processo, riscos e controles implementados, pela administração, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura.
- Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2020, avaliando a existência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção.
- Recálculo da depreciação reconhecidas no exercício de 2020, e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios determinados pela administração da Companhia para definição dos gastos elegíveis a capitalização e as depreciações registradas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC-1SP175536/O-5

Aquapolo Ambiental S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.157	18.059
Contas a receber	7	10.939	10.887
Estoques		1.998	2.387
Impostos a recuperar		130	152
Partes relacionadas	11	73	73
Outros créditos		1.469	618
Total do ativo circulante		34.766	32.176
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundos restritos	6	10.785	14.074
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13a	-	522
Depósitos judiciais		19	19
Outros créditos		-	143
		10.804	14.758
Imobilizado	8	297.691	307.895
Direitos de uso de arrendamento mercantil		219	114
Intangível	9	1.261	1.438
Total do ativo não circulante		309.975	324.205
Total do ativo		344.741	356.381

	Nota	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		1.016	1.639
Debêntures	10	22.612	20.958
Arrendamento mercantil		142	81
Obrigações sociais		1.662	1.755
Obrigações fiscais	12	3.276	2.598
Partes relacionadas		9.420	-
Outras obrigações		1.317	1.456
Total do passivo circulante		39.445	28.487
Não circulante			
Debêntures	10	234.355	255.161
Arrendamento mercantil		88	45
Partes relacionadas	11	23.866	34.885
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	4.592	-
Provisão para contingências	14	492	34
Total do passivo não circulante		263.393	290.125
Total do passivo		302.838	318.612
Patrimônio líquido			
Capital social	15.a	36.412	36.412
Reserva de lucros retidos		5.491	1.357
Total do patrimônio líquido		41.903	37.769
Total do passivo e patrimônio líquido		344.741	356.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquapolo Ambiental S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	16	89.188	88.511
Custo dos serviços prestados	17	(29.614)	(31.581)
Lucro bruto		59.574	56.930
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	17	(7.120)	(6.557)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	-	(91)
		(7.120)	(6.648)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		52.454	50.282
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	841	1.521
Despesas financeiras	18	(24.427)	(27.209)
		(23.586)	(25.688)
Lucro operacional antes dos impostos		28.868	24.594
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13.b	(4.623)	(3.649)
Diferidos	13.b	(5.114)	(4.662)
		(9.737)	(8.311)
Lucro líquido do exercício		19.131	16.283
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		0,45	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquapolo Ambiental S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>19.131</u>	<u>16.283</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>19.131</u></u>	<u><u>16.283</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquapolo Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	36.412	-	-	(6.242)	30.170
Distribuição de dividendos	-	-	-	(8.681)	(8.681)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.283	16.283
Constituição de reserva	-	502	858	(1.360)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.412	502	858	-	37.772
Distribuição de dividendos intermediários - exercício de 2020	-	-	-	(10.456)	(10.456)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	19.131	19.131
Dividendos mínimos obrigatórios - exercício 2020	-	-	-	(4.544)	(4.544)
Constituição de reserva	-	957	3.174	(4.131)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.412	1.459	4.032	-	41.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquapolo Ambiental S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		19.131	16.283
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13.b	5.114	4.662
Depreciação e amortização	8 e 9	12.651	13.526
Amortização de arrendamento mercantil		120	87
Juros sobre endividamento	10	22.623	24.102
Ajuste a valor presente		-	26
Valor residual do ativo imobilizado baixados		-	79
Provisão para contingências	14	458	34
		60.097	58.799
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	7	(52)	(378)
Estoques		389	(132)
Impostos a recuperar		22	307
Depósitos judiciais		-	(19)
Outros créditos		(708)	(107)
Fornecedores		(623)	205
Obrigações sociais		(93)	(148)
Obrigações fiscais		678	(419)
Partes relacionadas		(1.599)	(193)
Outras obrigações		(137)	4.808
Caixa oriundo das atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos		57.974	62.723
Juros pagos	10	(22.390)	(24.123)
Caixa oriundo das atividades operacionais		35.584	38.600
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Fundos restritos		3.289	368
Aquisição de ativo imobilizado	8	(2.262)	(4.674)
Aquisição de ativo intangível	9	(7)	(241)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		1.020	(4.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortizações das debêntures	10	(19.385)	(17.825)
Amortização de passivo de arrendamento		(121)	(101)
Dividendos pagos		(15.000)	(8.681)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(34.506)	(26.607)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.098	7.446
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.059	10.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		20.157	18.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Aquapolo Ambiental S.A. (“Aquapolo” ou “Companhia”) foi constituído em 8 de outubro de 2009, com sede na Avenida Almirante Delamare, nº 3.000, na capital do Estado de São Paulo.

Tem como objetivo produzir, fornecer e comercializar água de reúso para a Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A. (“Braskem”), além das demais companhias integrantes do pólo Petroquímico de Capuava, localizado no Município de Mauá no Estado de São Paulo, nos termos do contrato de fornecimento de água de reúso firmado com a Braskem, bem como a realização de toda e qualquer atividade necessária à viabilização da produção, fornecimento e comercialização da água de reúso às companhias e prefeituras localizadas na região em que será prestado o fornecimento, através do contrato com vigência de 44 anos, contados a partir de 30 de setembro de 2009. O contrato prevê o reajuste anual utilizando, substancialmente, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), e opção para renovação do contrato por mais dez anos. A Companhia iniciou suas operações em 24 de outubro de 2012.

Em 10 de abril de 2019, o Conselho de Administração da então controladora indireta BRK Ambiental aprovou a alienação da totalidade de sua participação do segmento Industrial representado por 82,76% das cotas do FIP OI - Fundo de Investimento em Participações Operações Industriais.

Em 10 de maio de 2019, a BRK Negócios Industriais, por meio do FIP OI, assinou o contrato de venda do segmento Industrial para a GS Inima Brasil Ltda. (“GS Inima”).

Em 10 de julho, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e em 30 de setembro de 2019, a transação foi concluída. Desta forma a Companhia é parte integrante do Grupo GS Inima.

A Administração entende que a transação não afeta significativamente as informações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2020, uma vez que altera somente sua estrutura de acionistas.

Operação Lava Jato

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, fizeram parte até 25 de abril de 2017.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Operação Lava Jato--Continuação

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht (“Acordo”), produzindo assim os efeitos jurídicos inerentes. A BRK Ambiental e suas controladas não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integram o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016.

Tendo em vista que, com a aquisição dos ativos do segmento industrial da BRK Ambiental Participações em Negócios Industriais S.A. e Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF pela GS Inima Industrial S.A. em 30 de setembro de 2019, a Companhia passou a fazer parte do grupo econômico da GS Inima Brasil Ltda. e a administração entende que a Companhia não está sujeita a qualquer responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo e que não há razão para determinar que a Companhia deva ser afetada pelos resultados das referidas investigações envolvendo seu antigo acionista controlador, seus desdobramentos e suas consequências. Entretanto, não é possível determinar se a Aquapolo Ambiental S.A. estará efetivamente livre do risco de ser eventualmente impactada pelas referidas investigações, desdobramentos e consequências. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto.

Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Impactos do COVID-19--Continuação

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que não há efeitos materiais em suas demonstrações financeiras.

O efeito financeiro e econômico para Companhia ao longo do exercício de 2021 dependerá do desfecho da crise de saúde mundial e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.491/09.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos Administradores e acionistas da Companhia em 26 de março de 2021.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- Nota Explicativa nº 16 - reconhecimento de receita; e
- Nota Explicativa nº 13.b - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo.

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros sejam apurados para a Companhia e quando 2critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir:

Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro, presente no contrato de arrendamento mercantil (CPC 06 e ICPC 03), uma vez que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

riscos de construção assegurados no contrato de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

A receita é reconhecida pela margem de 7,69% sobre os custos incorridos mais carga tributária, atribuíveis ao arrendamento mercantil apurado pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Receita de serviços

A receita relacionada ao serviço de tratamento de esgotamento sanitário compreende apenas uma obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário: captação, adução, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do volume tratado.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Inicialmente, a Companhia mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

As contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia aplicou o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em cinco categorias:

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados.
- (d) Desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Empresa avalia os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- (a) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais.
- (b) Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros recebíveis incluídos no ativo financeiro atual.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros obrigados a mensurar pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (b) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora material a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou firmou um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo de contraprestação que a Companhia pode ser obrigada a pagar.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs) para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Impairment de ativos financeiros--Continuação

As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 10.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Impairment de ativo não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2.4. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2020--Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de Seguros.

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguros (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--
Continuação

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

c) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo a venda foi realizada, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data das vendas das mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

d) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

d) Provisão e passivos contingentes--Continuação

- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito

A Companhia possui um risco reduzido de crédito em virtude de o principal cliente possuir classificação de rating elevada - "AAA (bra)" com perspectiva estável, conforme agência *Fitch Ratings* - Risco de crédito corporativo - Escala nacional.

Em operações com instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*.

b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total das debêntures, empréstimos e financiamentos (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrados no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e os fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

O índice de alavancagem financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, podem ser assim sumarizados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total de debêntures	256.967	276.119
Total de arrendamento mercantil	230	126
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.157)	(18.059)
(-) Fundos restritos	(10.785)	(14.074)
Dívida líquida	226.255	244.112
Total do patrimônio líquido	41.903	37.769
Total do capital	268.158	281.881
Índice de alavancagem financeira - %	84,4%	86,6%

4.3. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	20.157	18.059
Fundos restritos	10.785	14.074
Contas a receber	10.939	10.887
Partes relacionadas	73	73
	41.954	43.093
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(1.016)	(1.639)
Debêntures	(256.967)	(276.119)
Arrendamento mercantil	(230)	(126)
Partes relacionadas	(33.286)	(34.885)
	(291.499)	(312.769)

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.4. Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	2	2
Banco conta movimento	4.483	5.102
Aplicações financeiras (i)	15.672	12.955
	<u>20.157</u>	<u>18.059</u>

(i) O saldo de aplicações financeiras é representado substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata em fundos de investimentos com bancos de primeira linha. A remuneração média do exercício foi de 89% (2019 - 97%) do CDI.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Fundos restritos

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de cerca de 90% (2019 - 99%) do CDI, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures.

Do total do saldo de R\$10.785, o montante de: (i) R\$10.622 refere-se à projeção dos 3 próximos pagamentos (amortização e juros) do contrato de debêntures, e (ii) R\$163, refere-se ao saldo mantido em conta vinculada para o cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD"

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber de clientes		
Faturados	446	575
A faturar	<u>10.493</u>	<u>10.312</u>
	<u>10.939</u>	<u>10.887</u>

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios	Veículos	Redes e tubulações	Obras em andamento	Outros	Total
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	214	35.569	365.492	221	192	-	1.834	3	403.525
Adições	62	2.243	125	10	12	-	2.222	-	4.674
Baixas	-	(218)	(1)	(7)	-	-	-	-	(226)
Transferências	-	1.113	1.480	-	-	90	(2.683)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	276	38.707	367.096	224	204	90	1.373	3	407.973
Depreciação acumulada									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2019	(137)	(25.205)	(61.214)	(139)	(192)	-	-	(3)	(86.890)
Depreciação	(30)	(4.068)	(9.212)	(23)	-	(2)	-	-	(13.335)
Baixas	-	143	-	4	-	-	-	-	147
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(167)	(29.130)	(70.426)	(158)	(192)	(2)	-	(3)	(100.078)
Valor contábil líquido	109	9.577	296.670	66	12	88	1.373	-	307.895
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	276	38.707	367.096	224	204	90	1.373	3	407.973
Adições	77	394	19	4	-	47	1.721	-	2.262
Baixas	-	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Transferências	(8)	(67)	(216.296)	(11)	5	217.130	(753)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	345	39.034	150.819	216	209	217.267	2.341	3	410.234
Depreciação acumulada									
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	(167)	(29.130)	(70.426)	(158)	(192)	(2)	-	(3)	(100.078)
Depreciação	(37)	(3.313)	(5.528)	(22)	(4)	(3.562)	-	-	(12.466)
Baixas	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Transferências	8	(11)	43.643	3	(1)	(43.642)	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(196)	(32.454)	(32.311)	(176)	(197)	(47.206)	-	(3)	(112.543)
Valor contábil líquido	149	6.580	118.508	40	12	170.061	2.341	-	297.691
Vida útil (anos)	5	5 a 10	25 a 40	10	5	8 a 40		5	

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	Direito de concessão	Softwares	Total
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2019	1.546	114	1.660
Adições	-	241	241
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.546	355	1.901
Amortização			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2019	(174)	(97)	(271)
Amortização	(66)	(125)	(191)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	(240)	(222)	(462)
Valor contábil líquido	1.306	133	1.438
Custo de aquisição			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	1.546	355	1.901
Adições	-	7	7
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.546	362	1.908
Amortização			
Saldo inicial em 1 janeiro de 2020	(240)	(222)	(462)
Amortização	(68)	(117)	(185)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(308)	(339)	(647)
Valor contábil líquido	1.238	23	1.261
Vida útil (anos)	30	5 a 10	

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

a) Composição

Instituição financeira	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2020	2019
Caixa Econômica Federal ("CEF")	Única	set/2011	TR + 8,75 %	10,38%	ago/2029	259.314	278.742
(-) Custos de transação						(2.347)	(2.623)
Total						256.967	276.119
Circulante						22.612	20.958
Não circulante						234.355	255.161
						256.967	276.119

Em 2 de setembro de 2011, a Companhia emitiu 326.732 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal total de R\$326.732, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de ações da Companhia. As debêntures possuíam carência para pagamento de principal de 26 meses a partir da data da emissão, com 189 prestações mensais e consecutivas a serem pagas com vencimento inicial a partir de 1º de dezembro de 2013 e a última em 1º de agosto de 2029, com remuneração de Taxa Referencial ("TR") acrescida de juros de 8,75% ao ano.

b) Movimentação

	2020	2019
Saldo no início do exercício		
(+) Encargos financeiros	276.119	293.689
(-) Amortização principal	22.347	24.102
(-) Amortização juros	(19.385)	(17.825)
(+) Amortização do custo de transação	(22.390)	(24.123)
Saldo no final do exercício	276	276
	256.967	276.119

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	<u>2020</u>
2021	22.612
2022	22.650
2023	24.656
2024	26.838
2025	29.209
2026	31.790
2027	34.597
A partir de 2028	64.615
	<u>256.967</u>

d) Garantias e outras informações relevantes

Como garantia real, a Companhia celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento ("Escritura"):

i) *Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios*

A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Companhia cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: (i) contrato de fornecimento; (ii) contrato de EPC - *Engineering Procurement and Construction* - firmado entre a Companhia e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; (iii) contrato de venda de água e rateio de despesas; (iv) depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Companhia; (v) investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; (vi) apólices de seguro, das quais a Companhia é beneficiária.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às **demonstrações** financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

d) Garantias e outras informações relevantes--Continuação

ii) *Alienação Fiduciária de Ações*

A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas pela Companhia, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Companhia concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos: (i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Companhia em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial; (ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Companhia em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais.

e) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em sua escritura de emissão de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"), que deve ser maior ou igual a 1,2. A metodologia de cálculo a ser utilizada no cálculo do ICSD deve seguir a fórmula: $ICSD = \text{Geração de Caixa (LAJIDA - EBITDA)} / \text{Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures}$. Em 31 de dezembro de 2020 esse índice era de 1,26.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas as referidas debêntures.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas

2020			
Ativo	Passivo	Custos/ despesas operacionais	Resultado financeiro
GS Inima Brasil	-	(652)	-
Sabesp (ii)	33.286	-	(1.402)
GS Inima Industrial	-	(1.741)	-
Total	33.286	(2.393)	(1.402)
Circulante	73	-	-
Não circulante	-	33.286	-
	73	33.286	

2019			
Ativo	Passivo	Custos/ despesas operacionais	Resultado financeiro
BRK Ambiental (i)	-	(1.971)	-
Sabesp (ii)	34.885	-	(2.361)
Total	34.885	(1.971)	(2.361)
Circulante	73	-	-
Não circulante	-	34.885	-
	73	34.885	

(i) O saldo refere-se ao rateio de despesas e serviços prestados conforme contrato assinado entre as partes, sem incidência de encargos, liquidados no decorrer do exercício de 2020.

(ii) O saldo no ativo refere-se ao ressarcimento de custos operacionais, conforme contrato celebrado entre as partes no exercício de 2014, e saldo do passivo não circulante referem-se a contratos de mútuos, sendo: R\$33.286 (2019 - R\$34.885) atualizados mensalmente pelo CDI acrescido de 1,22% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2023.

12. Obrigações fiscais

	2020	2019
IRPJ e CSLL	381	8
PIS e COFINS	885	830
ICMS	1.911	1.695
Outros	99	65
	3.276	2.598

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo fiscal diferido	-	522
Passivo fiscal diferido	<u>(4.592)</u>	-
	<u>(4.592)</u>	<u>522</u>

	<u>2020</u>
Expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:	
2021	<u>3.066</u>
2022	<u>3.381</u>
2023	<u>4.469</u>
2024	<u>4.921</u>
A partir de 2025	<u>6.121</u>
	<u>21.958</u>

Expectativa de realização do passivo fiscal diferido é como segue:	
A partir de 2037	<u>(26.550)</u>
	<u>(26.550)</u>

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	2019	Reconhecido na demonstração do resultado	2020
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	18.523	(2.020)	16.503
Gastos pré-operacionais	7.104	(2.080)	5.024
Provisões	375	56	431
	26.002	(4.044)	21.958
Passivo fiscal diferido			
Capitalização de juros e custos de transação	(18.859)	618	(18.241)
Outras diferenças temporárias	(6.621)	(1.688)	(8.309)
	(25.480)	(1.070)	(26.550)
	522	(5.114)	(4.592)

- b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.868	24.594
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(9.815)	(8.362)
Adições e exclusões permanentes	78	51
	(9.737)	(8.311)
Despesa de imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.623)	(3.649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.114)	(4.662)
	(9.737)	(8.311)

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para contingências

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como seguem:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
No início do exercício	34	-
(+) Provisões adicionais reconhecidas	458	228
(-) Reduções decorrentes de remensuração	-	(194)
	<u>492</u>	<u>34</u>

Contingências com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

<u>Natureza</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contingências trabalhistas e previdenciárias	59	502
Reclamações cíveis	-	281
	<u>59</u>	<u>783</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

	<u>Capital social</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% de participação</u>
GS Inima Industrial	18.570	21.633.713	51,00
Sabesp	17.842	20.785.332	49,00
	<u>36.412</u>	<u>42.419.045</u>	<u>100,00</u>

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

b) Lucro por ação

i) *Básico*

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>19.131</u>	16.283
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	<u>42.419</u>	42.419
Lucro básico por ação	<u>0,45</u>	0,38

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76.

e) Dividendos

Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido calculados nos termos da legislação brasileira.

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações.

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

e) Dividendos--Continuação

Em 31 de julho de 2020 e 14 de dezembro de 2020, os acionistas aprovaram em assembleia a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$8.516 e R\$6.484 respectivamente, pagos no decorrer do ano de 2020, e foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020.

16. Receita

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de vendas	122.551	121.410
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(33.363)	(32.899)
	<u>89.188</u>	<u>88.511</u>

17. Custos e despesa por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos		
Com pessoal	5.854	5.996
Materiais	3.637	3.689
Serviços	2.651	3.086
Energia elétrica	3.811	3.996
Depreciação e amortização	12.597	13.498
Outros custos com operação e (recuperação)	1.064	1.316
	<u>29.614</u>	<u>31.581</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas		
Com pessoal	2.336	2.294
Materiais	93	76
Serviços de terceiros	3.329	3.020
Depreciação e amortização	171	115
Outras despesas	1.191	1.143
	<u>7.120</u>	<u>6.648</u>

Aquapolo Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	737	1.583
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(36)	(74)
Outras	140	12
	<u>841</u>	<u>1.521</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(22.393)	(24.102)
Comissões bancárias	(619)	(341)
Partes relacionadas	(1.402)	(2.361)
Amortização de custo de transação	(276)	(276)
Ajuste a valor presente	-	(26)
Outras	263	(103)
	<u>(24.427)</u>	<u>(27.209)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.586)</u>	<u>(25.688)</u>

19. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de edificações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como segue:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Responsabilidade civil	100.000
Riscos ambientais	30.000
Riscos operacionais	410.000
Veículos	1.000

* * *